

Concessionária do
Aeroporto
Internacional de
Confins S.A.

**Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2017 e Relatório
dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	13
Balancos patrimoniais	16
Demonstração do resultado	17
Demonstração do resultado abrangente	18
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	20
Demonstração do valor adicionado	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o **Relatório da Administração** e as **Demonstrações Financeiras** da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins (“Companhia” ou “BH Airport”), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

1.2. Apresentação

A BH Airport é a concessionária responsável pela administração do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, localizado entre as cidades de Confins e Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais, na região sudeste do Brasil, e faz parte de um complexo de integração intermodal que contempla importantes rodovias de acesso à capital do Estado, Belo Horizonte.

Com o propósito de oferecer aos usuários a melhor experiência em aeroportos no Brasil, a BH Airport vem desenvolvendo importantes melhorias no complexo aeroportuário, sempre com foco na qualidade da prestação de serviço, na segurança e no desenvolvimento sócio econômico e sustentável do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

1.3. Destaques do Ano de 2017

- Em 20 de Janeiro de 2017 foi inaugurada a operação do novo Terminal de Passageiros Internacional, com capacidade de processamento de 3 voos simultâneos, 3 portões internacionais (Pontes de embarque MARS que atendem tanto aeronaves de grande porte quanto de médio porte) acessíveis com elevadores dedicados. A estrutura conta com sala de embarque de 2.418,95m², 5 canais de inspeção, 10 balcões de imigração e 10 balcões de emigração, 325m² de alfândega com 2 canais de inspeção da Receita Federal, 20 balcões de check-in, 6 totens de self check-in, sistema de inspeção de bagagens despachadas em 5 níveis e possibilidade de conexão dom/int facilitado, com capacidade total de processar aproximadamente 700 PAX embarcados.
- Em 19 de Abril de 2017, foi firmado o 1º Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) do contrato de concessão para recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro da BH Airport, baseado na alteração das alíquotas de ISSQN nos Municípios de Confins e Lagoa Santa, sendo esses valores descontados a partir de 2017 nas parcela da outorga fixa devida à União, atualizados de acordo com contrato de concessão.
- Em 30 de Junho de 2017 foi firmado o 2º Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) do contrato de concessão para recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro da BH Airport, baseado na Lei 13.319, de 25 de julho de 2016, a qual alterou o valor das tarifas aeroportuárias incorporando o adicional tarifário (ATAERO), implicando em um aumento de 35,9% nas receitas tarifárias da Concessionária e na criação de uma nova contribuição mensal, aplicado o percentual relativo ao adicional tarifário excluindo os impostos incidentes sobre as receitas tarifárias, resultando em uma alíquota de 22,65%.

- Em 21 de Agosto de 2017, a Avianca Brasil iniciou suas operações na BH Airport, inicialmente, servindo o mercado de Belo Horizonte - São Paulo (GRU) com quatro voos diários, e tem intenções de expandir suas operações para outros destinos. Baseado no volume de passageiros embarcados no mês de setembro de 2017, a entrada da Avianca estimulou o mercado Belo Horizonte - São Paulo (GRU e CGH) em 14%.
- Durante o ano de 2017, foram adicionados 4 (quatro) novos destinos nacionais (Araxá, Natal, Jeriquoquara e João Pessoa) e 2 novos destinos Internacionais (Buenos Aires e Orlando), tornando a BH Airport, o 3º maior aeroporto em números de destinos domésticos, em voos direto, no país e o maior para destinos na região nordeste e sudeste.
- Em 19 de Dezembro de 2017 foi publicado 3º Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) do contrato de concessão na BH Airport alterando a data de conclusão da Fase I-B (Construção do Novo Terminal de Passageiros - TPS2) de 30 de Abril de 2016 para 30 de Novembro de 2016.
- Durante o ano de 2017, foram entregues importantes melhorias na infraestrutura aeroportuária, as quais são a reforma do Terminal de Cargas; Recuperação dos taludes da LMG 0800; Melhorias no sistema de pistas de pouso e decolagem e taxiamento; Adequação e liberação de novas áreas comerciais nos terminais; Construção de refeitórios para a comunidade aeroportuária e Instalação de iluminação na área externa ao terminal, automação dos canais de inspeção de segurança, reforçando o compromisso da BH Airport em oferecer a melhor experiência aos usuários do aeroporto, sendo investido o montante total de cerca de R\$ 11 milhões. Além disso, houve investimentos em TI e frotas (R\$ 14,5 milhões), e o pagamento do saldo remanescente de (R\$ 97 milhões) referente ao encerramento dos contratos relativos a Fase I-B no Terminal 1 e 2 e Airside, com a conclusão dos mais de 8.000 itens da lista de verificação, incorporando também suas respectivas melhorias.
- Em 2017 foram inauguradas novas operações comerciais com especial atenção a qualidade e diferenciação da oferta de novos produtos e serviços entre as quais destacam-se: ampla loja Free Shopping no desembarque internacional com mais de 200 metros quadrados, 5 novas operações de alimentação nas salas de embarque/desembarque e abertura de novo restaurante na sala de embarque internacional, além de diversas melhorias nos serviços de transporte terrestre.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1. Administração

A BH Airport possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva. A Governança Corporativa da BH Airport tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses de acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e oportunidades nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é integrado por 7 membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão por 2 (dois) anos, admitida a reeleição, sendo 4 (quatro) dos membros indicados pelo acionista privado.

A Diretoria Executiva é composta pelo diretor-presidente e até 4 (quatro) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições.

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, sendo 2 (dois) indicados pelo acionista privado.

2.2. Gestão da Ética e Programa de Integridade e Compliance

A BH Airport é uma empresa jovem, mas tem os seus valores muito bem definidos. Acreditamos que nossos pilares sólidos são a base da nossa perenidade e todos os nossos colaboradores são fundamentais para cumprimento das nossas propostas de valor. Dentro desse contexto, temos trabalhado ativamente para que a ética e a integridade sejam a base de todos os nossos relacionamentos, sejam eles com o setor público ou privado, internos ou externos.

Com o objetivo de reforçar o nosso compromisso, em setembro de 2017 apresentamos nosso novo Código de Conduta e Ética empresarial e a Política do Programa de Integridade. A nova versão do documento foi desenvolvida para consolidar as nossas diretrizes de atuação e ampliar o leque de nossa conduta para nossos relacionamentos. Portanto, o novo documento deve orientar nossa atuação tanto internamente quanto em relação aos nossos públicos externos envolvidos em nosso negócio: fornecedores, prestadores de serviços, intermediários, parceiros e sócios.

As diretrizes estabelecidas neste Código de Conduta e Ética Empresarial se aplicam a todos os colaboradores, independentemente de cargo ou função exercida, bem como aos terceiros que atuam junto à BH Airport.

Portanto, em decorrência da Lei da Empresa Limpa nº 12.846, criamos o Programa de Integridade, o qual busca evidenciar as ferramentas que a BH Airport dispõe para gerir a ética e o compliance, com o intuito de fortalecer o aprimoramento da sua Governança Corporativa.

Dentro desta estrutura, foi criado o Comitê de Conduta e Ética Empresarial da BH Airport, um órgão corporativo que suporta o Responsável pelo Compliance na execução do Programa de Integridade. A finalidade deste Comitê é de assegurar que o Programa de Integridade seja executado conforme o planejado e aprovado pelo Conselho de Administração. Para tanto, deve suportar o Responsável pelo Compliance na definição estratégica e obtenção de recursos para que as atividades programadas sejam executadas com qualidade e no prazo adequado. Para o desempenho das suas atribuições, o Comitê possui caráter educativo, consultivo, normativo e deliberativo e reporta-se diretamente ao Conselho de Administração.

2.3. Gestão de Riscos Corporativos

Gestão de Riscos Corporativos na BH Airport visa contribuir para fortalecer o processo de Governança Corporativa, aumentar a segurança quanto ao alcance dos objetivos, promover maior transparência para as partes interessadas e aprimorar o ambiente de controles internos da Companhia. Além disso, propõe-se a adicionar e preservar valor, mitigando perdas através da identificação de oportunidades e ameaças, atender às normas, requisitos legais e regulatórios pertinentes, melhorar a eficácia e a eficiência operacional e melhorar a prevenção de perdas e a gestão de crises ou incidentes.

A Gestão Integrada de Riscos Corporativos teve início na BH Airport em 2016 com o objetivo de maximizar, de maneira consistente e permanente, os valores econômico, social e ambiental para todas as partes interessadas. O modelo na ocasião foi baseado no Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), e deu origem à norma de política, formalizando as diretrizes da Gestão Integrada de Riscos Corporativos.

2.4. Gestão de Pessoas

A BH Airport por meio da área de Gestão de Pessoas tem o compromisso de construir um excelente ambiente de trabalho, saudável, sustentável, acolhedor e simples, no qual as pessoas possam ter espaço para aprender e se desenvolver. Um ambiente que viabilize a agilidade e a firmeza de propósito nos processos de tomada de decisão, resultando no fortalecimento dos relacionamentos, na consolidação de uma cultura organizacional de alto desempenho, na garantia da prestação de serviços públicos com mentalidade empresarial e proporcionando ao cliente uma experiência única e agradável.

Neste contexto, a BH Airport se posiciona, objetivando:

- a) Atuar como agente de mudanças e parceira estratégica das lideranças, com foco no desenvolvimento integrado da organização, das pessoas e dos processos;
- b) Ser percebida por todos os colaboradores como responsável pelas oportunidades de aprimoramento e estabelecimento de um ambiente organizacional saudável e integrado; e
- c) Viabilizar o desenvolvimento da região, o fortalecimento da opinião pública e a melhoria da prestação dos serviços no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, por meio da capacitação e do desenvolvimento humano dos seus colaboradores e demais profissionais que atuam no aeroporto e no seu entorno.

Considerando a importância do diferencial da atuação das pessoas para o sucesso de seu negócio, o Programa de Gestão de Pessoas define o ambiente e condições favoráveis para que as pessoas se motivem a exercer de maneira mais efetiva e humana possível, seus papéis e responsabilidades para obtenção dos resultados corporativos desejados.

O ano de 2017 encerrou com um quadro de 412 colaboradores, frente aos 433 do ano de 2016, tendo sido registrado um turnover de 0,40% no ano de 2016 e de 0,83% em 2017, devido as novas concessões de aeroportos que gerou uma competitividade maior no setor.

Por outro lado, a área de Gestão de Pessoas manteve-se ativa com o programa de recrutamento alinhado às características individuais da BH Airport sendo este corpo de colaboradores atualmente composto por 60 profissionais com pós-graduação completa ou mestrado, 116 com graduação completa e 223 com ensino médio completo.

Do número de colaboradores atuais - 412 colaboradores, temos que 32,7% residem em BH, 24,5% em Lagoa Santa, 17,2% em Pedro Leopoldo, 7,8% em Confins, 5,5% em Vespasiano e 10,9% em outras cidades da região de Belo Horizonte.

Em 2017 foram investidos R\$ 1.080.863 em treinamentos de capacitação e desenvolvimento dos seus colaboradores que resultaram em 23.791 horas de treinamento e uma média de 57 horas de treinamento por colaborador.

A BH Airport acredita que a gestão do conhecimento e do capital intelectual é um de seus principais ativos e, por essa razão busca inspirar seus colaboradores, por intermédio da prática do Propósito BH Airport e Políticas Institucionais, a buscarem sempre o melhor de si.

Essa postura e conduta de desafiar os colaboradores constantemente à aquisição de novos conhecimentos e de oferecer-lhes as condições necessárias para enfrentarem esses desafios consolidam uma cultura de aprendizagem contínua e de busca sistemática pelo alto desempenho.

2.5. Partes Relacionadas

De acordo com o Contrato de Concessão entende-se por parte relacionada referente à concessionária e ao Acionista Privado, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade precípua é garantir a lisura nos procedimentos, o cumprimento das cláusulas contratuais e a proteção ao acionista minoritário, os acionistas da Concessionária estabeleceram no Estatuto Social que a INFRAERO possui voto de qualidade nessas matérias. Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser previamente submetido à análise da INFRAERO e somente poderão ser aprovadas mediante consentimento expresso da mesma.

Ademais, de forma a salvaguardar o cumprimento do preceito supra citado, o Acordo de Acionistas estabelece alguns procedimentos específicos que deverão ser observados nas contratações com partes relacionadas, cuja finalidade é garantir que todas as contratações feitas nessas condições sejam transparentes e estejam dentro dos parâmetros de mercado.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Mercado Aeroportuário Brasileiro

A aviação comercial brasileira sofreu maior série negativa da história, tendo resultados negativos por 19 meses consecutivos, mas, a partir de Março, o número de passageiros domésticos no Brasil voltou a crescer. A expansão, ainda modesta, foi de 3,6% em comparação ao mesmo período de 2016 e desde então tem aumentado ao longo dos meses, devido as tarifas atrativas ofertadas pelo setor, apresentaram uma queda de 10% no preço médio da passagem área comparando novembro com outubro de acordo com o IBGE. Ainda em novembro, de acordo com a ANAC, o número de passageiros aumentou em 5% o que favoreceu os resultados apurados pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil encerrando o ano com uma movimentação de 201,3 milhões de passageiros, um aumento de 2% em relação ao ano anterior.

Em 2018 as empresas aéreas projetam um mercado ainda volátil no ambiente doméstico - principalmente devido ao fator eleições no segundo semestre, mas com tendência de alta, enquanto o segmento internacional dá sinais de avanço mais acelerado, devido perspectiva atuais de câmbio.

Especialistas veem o Brasil como uma terra de oportunidades para o transporte aéreo. Ao se considerar os principais drivers macroeconômicos para o desenvolvimento da aviação comercial: população, economia e área territorial, somente três países no mundo todo reúnem essa potencialidade: Estados Unidos, China e Brasil. Dessa maneira, o mercado brasileiro possui um elevado potencial de aumento por viagens aéreas devido à baixa penetração desse modal na população. De acordo com dados extraídos da ANAC e do IBGE, a relação passageiros transportados por população no Brasil, utilizada para medir a penetração desse modal em um mercado, gira em torno de 0,5, bem abaixo de nações desenvolvidas e de dimensões continentais como os Estados Unidos que hoje está em 2,2.

No aspecto regulatório é sabido que foram firmados aditivos de reequilíbrios contratuais, conforme citado na seção de destaques deste relatório. No entanto, mantêm-se inconclusas as obras listadas no Anexo 3 referentes a melhoria e ampliação do TPS01 e da revitalização de pistas e pátios, com conclusão contratual prevista ao final do estágio 2 da Fase I-A da Concessão, em 2014.

Destaca-se que em outubro de 2016, a INFRAERO iniciou uma campanha para flexibilização das restrições operacionais no Aeroporto da Pampulha para voos comerciais com aeronaves de grande porte (Categoria 3C), e neste contexto o Ministério dos Transportes editou a Nota Técnica Conjunta nº 1/2017/DPE/SEAP-SAC/SAC-MT de 10/02/17, mantendo a autorização de voos no Aeroporto da Pampulha exclusivamente para aviação regional e executiva.

Em 24/10/17, por meio da Portaria Ministerial nº 911 e da Resolução do CONAC nº 2, o Ministério dos Transportes revogou as normas anteriormente editadas, permitindo que o Aeroporto de Pampulha voltasse a operar voos domésticos nacionais e de longa distância, sem qualquer embasamento técnico prévio que pudesse justificar a mudança de posicionamento do Ministério dos Transportes.

No dia 28/12/2017, o TCU concedeu uma medida cautelar suspendendo os efeitos da Portaria nº 911. Neste ínterim, na data de 18/01/2018 foi publicado no DOU a Portaria Ministerial nº 35 e a Resolução do CONAC nº 3 que mantêm a suspensão das operações para voos de grande porte no Aeroporto da Pampulha, motivado por medida cautelar do TCU.

3.2. Desempenho

O exercício de 2017, apresentou um crescimento de 5,5% no número de passageiros em relação ao ano de 2016. Como demonstrado no quadro abaixo:

Principais Indicadores	2017	2016	Variação
Número de passageiros incluindo conexões Milhares	10.164	9.639	5,5%
Movimentação total de aeronaves (MTA) Milhares	99,7	99,4	0,2%
Volume de cargas ¹ (tons) Milhares	26.639	27.536	-4,2%

¹ Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal (TECA), incluindo importações/exportações de Aeronaves

3.2.1. Receitas Consolidadas

Em 2017, a BH Airport registrou receita líquida ajustada de R\$ 185.898 como demonstrado no quadro abaixo:

Receitas Operacionais (R\$ Mil)	2017	2016
Receitas Reguladas	190.553	132.299
Receitas Não Reguladas	81.515	81.209
Receita Bruta Ajustada ¹	272.068	213.508
Deduções da Receita Bruta	-70.000	-27.610
Receita Líquida Ajustada ¹	202.068	185.898

¹ Ajustes: Desconsidera os impactos da Receita de Construção (IFRS)

Em 01 de Janeiro de 2017, passou a vigorar a Lei 13.319, de 25 de julho de 2016, a qual alterou o valor das tarifas aeroportuárias incorporando o adicional tarifário (ATAERO), implicando em um aumento de 35,9% nas receitas reguladas da Concessionária.

Como forma de recomposição do reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, em favor do poder concedente, foi criada também, uma nova contribuição mensal, a qual compõe os valores expressos na linha de deduções da Receita Bruta, sendo aplicado o percentual relativo ao adicional tarifário excluindo os impostos incidentes sobre as receitas tarifárias, resultando em uma alíquota de 22,65%.

3.2.2. Dívida

Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou contrato de financiamento para empréstimo ponte junto ao BNDES no valor de R\$ 405.000 mil, sendo o montante total, advindo de recursos do BNDES. O prazo de vigência do contrato foi originalmente de 18 meses com vencimento em julho de 2017, contados a partir da assinatura do contrato. A amortização será realizada em parcela única “Bullet” e os juros serão pagos trimestralmente até a amortização total do contrato. A BH Airport realizou em 2017 desembolsos do saldo disponível no montante total de R\$ 118.450 mil. Em 15 de Julho de 2017, o contrato de financiamento foi aditado por 6 (seis) meses, tendo seu novo vencimento em 15/01/2018 e ainda em 2017, devido a edição da Portaria MTPA 911/2017 que revogava da portaria MTPA 356/2016 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que regulamentou as restrições operacionais do Aeroporto das Pampulha, fez-se necessário a celebração do segundo aditivo contratual, prorrogando o vencimento do empréstimo-ponte por mais 10 (dez) meses, tendo seu vencimento alterado para 15/11/2018. As demais condições contratuais permaneceram inalteradas.

4. Sustentabilidade

4.1. Desempenho Social

A BH Airport mantém dois projetos, iniciados em 2014, visando o aprimoramento do capital social e de relacionamento com a comunidade do entorno do sítio aeroportuário: o Projeto Avança Judô e Projeto Minas de Sonhos.

Avança Judô é uma ferramenta de inclusão social através do esporte, promovida e coordenada pela Confederação Brasileira de Judô - CBJ e integrada aos programas sociais da BH Airport, que visa a criação de condições e oportunidades para que todas as crianças e adolescentes possam desenvolver, através do esporte, o seu potencial como pessoas e cidadãos.

Minas de Sonhos desenvolve atividades socioeducativas, culturais, recreativas, esportivas visando o exercício da cidadania, a educação para valores, saúde e qualidade de vida; cursos de capacitação profissional na área da informática, arte culinária, artesanato em geral, atendimento ao cliente para a geração de renda e preparação para o mercado de trabalho. É uma parceria da BH Airport com as prefeituras de Pedro Leopoldo, Vespasiano, Confins e Lagoa Santa, e a Fundação Pedro Leopoldo. Anualmente são atendidos 120 adolescentes, sendo 30 em cada município parceiro.

Pronatec Aeroportuário - Fruto de parceria firmada entre a BH Airport e o Governo de Minas, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SEDECTES), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Aeroportuário é voltado à capacitação profissional de estudantes de ensino médio da rede pública, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e beneficiários dos programas federais de transferência de renda (como Bolsa Família). Os estudantes, com idades a partir de 16 anos, são formados para atuar em pontos comerciais do Aeroporto e em áreas administrativas. A primeira turma se formou em julho de 2017.

Patrulha da Segurança Integrada - A BH Airport realiza, em parceria com escolas públicas municipais de cidades do entorno do Aeroporto Internacional de BH, o Programa da Patrulha da Segurança Integrada. Voltado à conscientização de crianças e adolescentes sobre a responsabilidade pela segurança aeroportuária e da região do entorno, o programa oferece palestras sobre os principais riscos às operações. Em 2017, o projeto chegou à quinta edição com quase 400 alunos atendidos.

4.2. Desempenho Ambiental

A BH Airport acredita no papel fundamental do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte para fomentar o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e da região onde está inserido. Consciente de sua responsabilidade, a concessionária busca disseminar valores, estabelecer parcerias e promover a integração com a comunidade para que este desenvolvimento seja ambientalmente sustentável.

Em 2017, a BH Airport deu continuidade à consolidação dos processos de Gestão de Aspectos e Impactos Ambientais, Gestão de Licenciamento Ambiental, Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e Programa de Gerenciamento do Risco da Fauna (PGRF).

Destacamos as principais realizações do ano:

- Formalização da solicitação de Licença Prévia para o empreendimento “Nova Pista de Pouso e Decolagens e demais Estruturas Complementares” e realização da audiência pública, parte integrante do processo de licenciamento, conforme compromisso contratual da concessão.
- Consolidação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) com o incentivo e colaboração no desenvolvimento e regularização da ASCAMARE (Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Lagoa Santa), reforçando nosso compromisso com a responsabilidade socioambiental. O programa tem contribuído para a geração de trabalho e renda para os catadores de materiais recicláveis da região. No ano de 2017, foram doados mais de 306.000 kg de materiais recicláveis, entre estes: papel, plástico, vidro, metal e madeira. Obtendo um aumento de 21% da quantidade de recicláveis doados em comparação ao ano de 2016.
- Buscando pela melhoria contínua dos processos, a BH Airport atualizou o Programa de Gerenciamento do Risco da Fauna no Aeroporto - PGRF, que possui como objetivo mitigar o Risco Fauna - risco de incidentes e/ou acidentes envolvendo espécies da fauna com aeronaves.
- Implementação de ações de conscientização ambiental para a comunidade aeroportuária, destacando a campanha “Consumo Consciente”, que visa a redução do consumo de água, energia e geração de resíduos. Além disto, alunos das escolas municipais da região, integrantes do Projeto Rede Asas do Carste, foram conscientizados sobre o risco da fauna, pipas e incêndios no sítio aeroportuário em visitas ao Aeroporto.

Ainda em 2017 foram implementadas ações de melhoria visando redução do consumo de água no Aeroporto, reduzindo em 11% o consumo de água potável por passageiro em relação ao ano de 2016.

Também foram realizadas ações para a redução do consumo de energia, tais como a substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED no saguão do Terminal 1.

4.3. Reconhecimentos e Prêmios

Pontualidade - O Aeroporto Internacional de BH foi confirmado o mais pontual entre os aeroportos brasileiros, segundo a Punctuality League 2018, relatório elaborado pela consultoria britânica OAG, especializada em análise do transporte aéreo mundial. O índice de pontualidade alcançado pelo Aeroporto foi de 84,96%.

O relatório considerou cinco categorias de aeroportos: pequenos (de 2,5 milhões a cinco milhões de passageiros), médios (cinco milhões a dez milhões), grandes (dez milhões a 20 milhões), principais (20 milhões a 30 milhões) e os mega aeroportos (mais de 30 milhões de passageiros). O Aeroporto Internacional de BH aparece em 1º lugar geral no Brasil e 2º na América Latina, o que significa o melhor resultado entre aeroportos brasileiros de categorias diferentes. E figura em 4º lugar no ranking mundial na categoria “médios”, confirmando a colocação obtida em 2016.

Satisfação do Passageiro - O Aeroporto Internacional de BH passou a ocupar o 4º lugar entre os melhores do País, com nota 4,49 (em uma escala de 0 a 5) e superou mais uma vez o seu melhor desempenho histórico. Em pouco mais de três anos, o Aeroporto subiu oito posições no ranking da Pesquisa de Satisfação do Passageiro realizada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, referente ao terceiro trimestre de 2017. Desde o segundo trimestre de 2014, a nota dada pelos passageiros cresceu 35,6%, passando de 3,31, no 2º trimestre de 2014, para 4,49.

Destaque do Ano em Engenharia Termo Ambiental - A BH Airport recebeu, em agosto de 2017, o Prêmio Destaque do ano 2016 em Engenharia Termo Ambiental pelo projeto do novo Terminal de Passageiros do Aeroporto. O prêmio, concedido anualmente pela comunidade técnico-científica liderada pela SMACNA (Sheet Metal Air Conditioning Contractors' National Association) e a ABRAVA (Associação Brasileira de Refrigeração, Ar-condicionado, Ventilação e Aquecimento), é o reconhecimento em âmbito nacional dos melhores trabalhos de engenharia termo ambiental realizados no País.

5. Considerações Finais

5.1. Agradecimentos

A Administração da BH Airport agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Nacional de Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para superação dos desafios

5.2. Auditores Independentes

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3. Declaração da Diretoria

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da KPMG Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras emitida nesta data, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Confins, 20 de fevereiro de 2018.

Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Confins - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras comparativas da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia,



cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



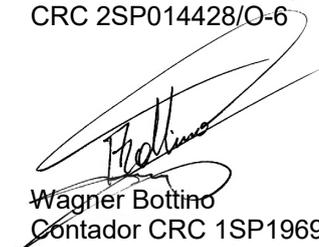
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Balanco patrimonial

em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	96.778	83.331	Financiamentos	12	418.244	289.846
Contas a receber	7	25.533	23.778	Fornecedores	14	22.604	48.880
Contas a receber - partes relacionadas	9	21	17	Contas a pagar - partes relacionadas	9	7.425	4.788
Despesas antecipadas		2.241	1.856	Impostos e contribuições a recolher		4.340	6.006
Pis e Cofins a recuperar		3.734	-	Obrigações sociais e trabalhistas		14.673	15.604
Impostos a recuperar		4.839	8.385	Obrigações com o poder concedente	15 (a) e (b)	88.699	162.355
Outros créditos		3.789	3.216	Outras contas a pagar		14.152	9.234
Total do ativo circulante		136.935	120.583	Total do passivo circulante		570.137	536.713
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações com o poder concedente			
Impostos diferidos	8 (b)	199.321	161.826	Obrigações com o poder concedente	15 (a)	1.503.480	1.326.681
Pis e Cofins a recuperar		47.625	-	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	13	845	8
Depósitos judiciais e outros créditos		166.792	81.052	Outras contas a pagar		86	-
		413.738	242.878	Total do passivo não circulante		1.504.411	1.326.689
Imobilizado	10	33.211	31.280	Patrimônio líquido			
Intangível	11	1.850.684	1.755.870	Capital social	16 (a)	761.940	611.940
Total do ativo não circulante		2.297.633	2.030.028	Prejuízos acumulados		(401.920)	(324.731)
Total do ativo		2.434.568	2.150.611	Total do patrimônio líquido		360.020	287.209
				Total do passivo		2.434.568	2.150.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receita líquida	17	325.654	746.806
Custos dos serviços prestados			
Serviços		(67.806)	(61.984)
Custo com pessoal		(39.085)	(41.313)
Custo de construção		(123.586)	(560.908)
Depreciação e amortização	10 e 11	(29.752)	(21.058)
Custo da outorga		(11.260)	(10.639)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.527)	(8.107)
Outros		<u>(15.012)</u>	<u>(16.381)</u>
		<u>(291.028)</u>	<u>(720.390)</u>
Lucro bruto		34.626	26.416
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(18.089)	(20.358)
Serviços		(21.269)	(18.151)
Materiais, equipamentos e veículos		(302)	(370)
Depreciação e amortização	10 e 11	(4.044)	(2.429)
Perdas com clientes		(2.412)	(6)
Outros		<u>(5.715)</u>	<u>(6.371)</u>
		<u>(51.831)</u>	<u>(47.685)</u>
Outros resultados operacionais		190	101
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		(17.015)	(21.168)
Resultado financeiro	18	(97.669)	(186.498)
Prejuízo líquido e antes do imposto de renda e da contribuição social		(114.684)	(207.666)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8 (a)	<u>37.495</u>	<u>68.394</u>
Prejuízo líquido do exercício		(77.189)	(139.272)
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	16 (b)	<u>(0,1130)</u>	<u>(0,2555)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo líquido do exercício	(77.189)	(139.272)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(77.189)</u></u>	<u><u>(139.272)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2016	526.940	(263.470)	(185.459)	78.011
Integralização de capital em 29 de abril de 2016	-	263.470	-	263.470
Aumento de capital em 14 de outubro de 2016	85.000	-	-	85.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(139.272)	(139.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	611.940	-	(324.731)	287.209
Aumento de capital em 26 de abril de 2017	150.000	(150.000)	-	-
Integralização de capital em 04 de maio de 2017	-	95.000	-	95.000
Integralização de capital em 06 de novembro de 2017	-	55.000	-	55.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(77.189)	(77.189)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	761.940	-	(401.920)	360.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(77.189)	(139.272)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(37.495)	(68.394)
Depreciação e amortização	33.796	23.487
Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	27	4
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	62.079	144.712
Juros e variação monetária sobre financiamentos	52.112	13.812
Capitalização de Custo de Empréstimos	(46.202)	(7.031)
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	970	8
Reversão (constituição) da provisão para crédito de liquidação duvidosa	(32)	1.382
Ajuste a valor presente de obrigações com poder concedente	43.794	44.742
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	148	-
	<u>109.197</u>	<u>152.722</u>
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber	(1.723)	(59)
Pis e Cofins a recuperar	(51.359)	-
Impostos a recuperar	3.546	380
Despesas antecipadas, depósitos judiciais e outros créditos	(86.698)	(80.949)
Contas a receber - partes relacionadas	(4)	(17)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(26.424)	23.067
Contas a pagar - partes relacionadas	2.637	(13.540)
Obrigações sociais e trabalhistas	(931)	2.684
Impostos e contribuições a recolher	(1.666)	2.260
Obrigações com o poder concedente	(2.730)	(302)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(133)	-
Outras contas a pagar	5.004	797
	<u>(128.473)</u>	<u>(52.229)</u>
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(128.473)</u>	<u>(52.229)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(8.190)	(16.438)
Adições ao ativo intangível	(76.176)	(548.485)
	<u>(84.366)</u>	<u>(564.923)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(84.366)</u>	<u>(564.923)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	150.000	348.470
Financiamentos	106.215	282.254
Financiamento (Pagamento de juros)	(29.929)	(6.220)
	<u>226.286</u>	<u>624.504</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>226.286</u>	<u>624.504</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>13.447</u>	<u>7.352</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	83.331	75.979
No final do exercício	96.778	83.331
	<u>13.447</u>	<u>7.352</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Demonstração do valor adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Receitas		
Receitas aeroportuárias	272.068	213.508
Receitas de construção	123.586	560.908
Outras receitas	46.202	7.031
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(92.588)	(90.079)
Materiais, energia e serviços de terceiros e outros	(70.735)	(25.555)
Custo de construção	(123.586)	(560.908)
Valor adicionado bruto	154.947	104.905
Depreciação e amortização	(33.796)	(23.487)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	121.151	81.418
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	18.169	18.840
Valor adicionado total a distribuir	139.320	100.258
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	(35.141)	(39.016)
Benefícios	(10.403)	(10.359)
FGTS	(2.213)	(2.351)
Outras	(1.161)	(1.124)
Tributos		
Federais	(187)	33.725
Estaduais	(101)	(105)
Municipais	3.289	(2.153)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	(114.593)	(159.260)
Aluguéis	(945)	(3.506)
Outorga	(55.054)	(55.381)
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	77.189	139.272
	(139.320)	(100.258)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2014, tendo como objeto exclusivo a prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção, exploração de infraestrutura aeroportuária e do respectivo Complexo Aeroportuário, localizados nos municípios de Confins e Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, e outras atividades necessárias ou convenientes a este fim, como a constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no objeto social, a importação de bens e serviços necessários à execução das atividades compreendidas no objeto social e à execução de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto.

A sede está localizada na Rodovia LMG 800, Km 7,9, s/n, município de Confins - MG, sala B13A.

A concessão compreende o Complexo Aeroportuário a ser implementado em três fases:

- FASE I-A - transferência das operações do Aeroporto da INFRAERO para a Concessionária; que ocorreu em três etapas:
- Estágio I: Iniciada em 07 de maio de 2014, no qual a Concessionária apresentou à ANAC o Plano de Transferência Operacional (PTO), encerrado em 02 de junho de 2014.
- Estágio II: Após 02 de junho de 2014, a operação ficou sobre responsabilidade da INFRAERO sendo assistida pelos prepostos da Concessionária até o dia 11 de agosto de 2014.
- Estágio III: A partir de 12 de agosto de 2014, a Concessionária assumiu a operação do Aeroporto sendo auxiliada por prepostos indicados da INFRAERO, até o dia 11 de janeiro de 2015.

A partir do dia 12 de janeiro de 2015, a Concessionária assumiu integralmente a operação do Aeroporto.

- FASE I-B - ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação e melhoria do nível de serviço;
- FASE II - demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA - Plano de Exploração Aeroportuária.

A concessão, conforme definido no Edital de Leilão nº 01/2013, terá prazo de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 07 de maio de 2014.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

b) *Reconhecimento de receita*

As receitas são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do aeroporto:

- i. **Receitas de Serviços**: A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, sendo registrada no momento da prestação do serviço.
 - i. **Receita de serviços regulados**: São aqueles incidentes sobre a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no Aeroporto, tais como: tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.
 - ii. **Receitas de serviços não regulados**: São referentes a exploração de outras atividades no Aeroporto, como cessão de espaços concedidos, estacionamentos, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio. Estas receitas tem regras estabelecidas no contrato de concessão e são negociadas livremente entre as empresas interessadas nos negócios.
- ii. **Receitas de construção**: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a Concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhado com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual substancialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “o”
- Direito de outorga - vide item “n”

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

- Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está impaired, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

n) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 15), baseado nos termos contratuais.

Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

p) Demonstrações de valor adicionado

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

q) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas.

Até o momento não se identificou impactos materiais que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento.

O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial. Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo.

IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 / CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a CPC 30 / IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18 e CPC 17 / IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01 / IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas.

A Companhia planeja adotar a IFRS 15 / CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15 / CPC 47, referentes ao período comparativo apresentado.

IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

- Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos.

- Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros.

- Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de *impairment* na adoção do CPC 48 / IFRS 9 neste quesito.

- Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 20 de fevereiro de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
7	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
8	Impostos diferidos
10	Depreciação do ativo imobilizado
11	Amortização dos ativos intangíveis
19	Instrumentos financeiros

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- **Investimentos em títulos financeiros**

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- **Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos às aplicações financeiras e (2) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão e tarifas. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 12, 19.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos em moeda nacional (a)	(418.244)	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	(36.756)	(86)	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	(7.425)	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	88.699	147.151	137.562	128.760	1.090.007

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 433.202 (R\$ 416.130 em 2016), substancialmente composto por empréstimos e financiamentos e obrigações com o Poder Concedente (outorga), conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e 15. Além da geração de caixa decorrente das atividades da Companhia e de aporte de seus acionistas, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	313	230
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	<u>96.465</u>	<u>83.101</u>
	<u>96.778</u>	<u>83.331</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 95,00% do CDI, equivalente a 9,38% ao ano (14,16% ao ano, em 31 de dezembro de 2016).

7. Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
Receitas tarifárias (a)	18.427	16.073
Receitas não tarifárias (b)	<u>8.939</u>	<u>9.570</u>
	27.366	25.643
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(1.833)</u>	<u>(1.865)</u>
	<u>25.533</u>	<u>23.778</u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(Reapresentado)
		(*)
Créditos a vencer	23.832	22.021
Créditos vencidos até 60 dias	1.195	1.666
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	506	91
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	486	809
Créditos vencidos há mais de 181 dias	<u>1.347</u>	<u>1.056</u>
	<u>27.366</u>	<u>25.643</u>

(*) Reapresentação dos saldos de 2016, para melhor apresentação.

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas de embarque, tarifas de conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia;
- (b) Créditos a receber decorrentes de créditos de receitas como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 120 dias para receitas tarifárias e de 90 dias para receitas não tarifárias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(Reclassificado)
		(*)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(114.684)	(207.666)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	38.993	70.606
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(999)	(1.096)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(498)	(785)
Outros ajustes tributários	<u>(1)</u>	<u>(331)</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social	37.495	68.394
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>37.495</u>	<u>68.394</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u><u>-33%</u></u>	<u><u>-33%</u></u>

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (Reclassificado) (*)
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	176.289	134.067
Diferenças temporárias - Lei nº. 12.973/14 (b)	38.273	28.874
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.612	1.683
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	287	3
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	623	634
Provisão para Fornecedores	234	67
	<u>217.318</u>	<u>165.328</u>
Bases passivas		
Outros	(6)	(7)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(17.991)	(3.495)
	<u>(17.997)</u>	<u>(3.502)</u>
Ativo diferido líquido	<u>199.321</u>	<u>161.826</u>

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2018	-
2019	-
2020	-
2021	-
2022	-
de 2023 a 2025	27.544
de 2026 em diante	148.745
	<u>176.289</u>

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº69 da lei nº12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transação) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício de 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras e profissionais chave da administração.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFIN S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017			
	Transações		Saldos	
	Serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores
Controladoras				
CCR	8.887 (a)	-	-	601 (a)
CPC	6.898 (b)	1.526 (b)	21 (c)	677 (b)
Infraero	1.716 (d)	-	-	2.922 (d)
Zurich Airport	10.695 (e)	-	-	3.222 (e)
Outras partes relacionadas				
ViaOeste	-	-	-	3 (c)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017			21	7.425
Total, 31 de dezembro de 2017	28.195	1.526	21	7.425
Total circulante, 31 de dezembro de 2016			17	4.788
Total, 31 de dezembro de 2016	21.220	1.439	17	4.788

Despesas com profissionais chave da administração

	2017	2016
Remuneração (f)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	5.818	6.725
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	2.171	1.201
Complemento de PPR pago no ano	609	1.152
Previdência privada	149	187
Seguro de vida	10	11
	8.757	9.276

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2017	2016
Remuneração dos administradores (f)	2.644	1.726

Na AGO realizada em 26 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 7.518, a qual não inclui os encargos sociais. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Os valores referem-se a serviços de consultoria, assessoria, suporte e implementação em tecnologia da informação, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) Os valores referem-se, substancialmente, a três softwares de propriedade da INFRAERO nos quais a Companhia pagou pela utilização, são eles (i) software de gerenciamento do terminal de carga; (ii) software de gerenciamento de informações aeronáuticas, e (iii) software de cadastro e controle de credenciais;
- (e) Contrato de consultoria de operação e gerenciamento do Aeroporto firmado em 02 de dezembro de 2014; e
- (f) Contempla o valor total da remuneração fixa atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2016		2017		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	1.756	-	(29)	6.917	8.644
Máquinas e equipamentos	6.102	-	-	11.318	17.420
Veículos	14.613	-	-	(578)	14.035
Imobilizações em andamento	13.079	8.190	-	(18.818)	2.451
	<u>35.550</u>	<u>8.190</u>	<u>(29)</u>	<u>(1.161)</u>	<u>42.550</u>

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2016		2017	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(236)	(411)	8	(639)
Máquinas e equipamentos	13	(1.658)	(1.443)	-	(3.101)
Veículos	25	(2.376)	(3.223)	-	(5.599)
		<u>(4.270)</u>	<u>(5.077)</u>	<u>8</u>	<u>(9.339)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFIN S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativos Intangíveis

Movimentação do custo

	2016	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	709.095	122.378	(6)	124	831.591
Direitos de uso de sistemas informatizados	26.427	-	-	1.037	27.464
Direito da concessão	1.060.271	-	-	-	1.060.271
	<u>1.795.793</u>	<u>122.378</u>	<u>(6)</u>	<u>1.161</u>	<u>1.919.326</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 46.202 em 2017 (R\$ 7.031 em 2016). A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos) foi de 10,22% a.a. em 2017 (0,57% a.a. em 2016).

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização	2016	2017	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(407)	(6.785)	(7.192)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(5.691)	(5.411)	(11.102)
Direito da concessão	(b)	<u>(33.825)</u>	<u>(16.523)</u>	<u>(50.348)</u>
		<u>(39.923)</u>	<u>(28.719)</u>	<u>(68.642)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
(b) Amortização pela curva do benefício econômico.

12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar		Vencimento final	2017	2016
				2017				
Em moeda nacional								
1. e 2. BNDES - TJLP (Subcrédito A)	TJLP + 3,91% a.a.	6,0350% (a)	4.803	284		Novembro de 2018	161.806	158.281 (b)
1. e 2. BNDES - TJLP (Subcrédito B)	TJLP + 2,40% a.a.	9,3387% (a)	10.326	1.056		Novembro de 2018	202.632	78.884 (c)
1. e 2. BNDES - TJLP (Subcrédito C)	TJLP + 2,66% a.a.	4,7447% (a)	1.601	94		Novembro de 2018	53.806	52.681 (d)
Total geral				<u>1.434</u>			<u>418.244</u>	<u>289.846</u>
Circulante								
Financiamentos							419.678	293.679
Custos de transação							<u>(1.434)</u>	<u>(3.833)</u>
							<u>418.244</u>	<u>289.846</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias:

- (b) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.
- (c) Fiança bancária.
- (d) Aval / fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 18 de dezembro de 2015, foi firmado contrato de empréstimo ponte com o BNDES, no montante de R\$ 405.000, com vencimento em 15 de julho de 2017. O montante total está dividido em: subcrédito A, remunerado à TJLP + 3,45% a.a., no valor de R\$ 154.913, garantidos por garantia fidejussória da CCR S.A.; subcrédito B, garantido por carta de fiança bancária, com remuneração à TJLP + 2,40% a.a., no valor de R\$ 198.450 e subcrédito C remuneração à TJLP + 2,66% a.a., no valor de R\$ 51.637, garantia fidejussória pela Flughafen Zurich AG. A primeira liberação ocorreu em 27 de janeiro de 2016, no valor de R\$ 50.000, sendo R\$ 37.500 do subcrédito A e R\$ 12.500 do subcrédito C. A segunda liberação ocorreu em 19 de abril de 2016, no valor de R\$ 30.004, sendo R\$ 22.503 do subcrédito A e R\$ 7.501 do subcrédito C. A terceira liberação ocorreu em 12 de agosto de 2016, no valor de R\$ 80.000, sendo R\$ 60.000 do subcrédito A e R\$ 20.000 do subcrédito C. A quarta liberação ocorreu em 26 de setembro de 2016, no valor de R\$ 47.998, sendo R\$ 35.998 do subcrédito A e R\$ 12.000 do subcrédito C. A quinta liberação ocorreu em 22 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 80.000, referente ao subcrédito B.

A CCR, garantidora do subcrédito A, obriga-se a manter, durante a vigência do contrato de empréstimo ponte, índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Na hipótese de não atingimento do *covenant*, a BH Airport deverá constituir, no prazo de 60 dias, contado da data da comunicação, por escrito do BNDES, garantias reais, aceitas por este, em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do subcrédito A ou da dívida dele decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos, sob pena de vencimento antecipado.

O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

Em 16 de janeiro e 22 de fevereiro de 2017, ocorreram liberações de R\$ 50.000 e R\$ 25.000, respectivamente, referentes ao subcrédito B com remuneração de TJLP+2,40% a.a..

Em 20 de abril de 2017, ocorreu liberação de R\$ 20.000, referente ao subcrédito B com remuneração de TJLP+2,40% a.a..

2. Em 11 de julho de 2017, o contrato de financiamento entre BH Airport e BNDES celebrado originalmente em 18 de dezembro de 2015, foi aditado pelo prazo de 6 meses, passando o vencimento para 15 de janeiro de 2018, junto com o principal do financiamento. A remuneração do subcrédito A foi alterada de TJLP + 3,45% a.a. para TJLP + 3,91% a.a.. As demais condições permaneceram inalteradas.

Em 16 de outubro de 2017, ocorreu liberação de R\$ 23.445, referente ao subcrédito B com remuneração de TJLP+2,40% a.a..

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Em 18 de dezembro de 2017, o contrato de financiamento entre BH Airport e BNDES celebrado originalmente em 18 de dezembro de 2015, foi aditado, pela segunda vez, pelo prazo de 10 meses, passando o vencimento para 15 de novembro de 2018, junto com o principal do financiamento. As demais condições permaneceram inalteradas.

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2016		2017		Atualização monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Não circulante						
Contingências trabalhistas	8	889	(52)	(9)	9	845

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 6 e R\$ 118, respectivamente em 2017.

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e administrativas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2017	2016
Cíveis	2.596	2.102
Trabalhistas	158	-
	<u>2.754</u>	<u>2.102</u>

14. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	21.475	48.112
Cauções e retenções contratuais (b)	1.129	768
	<u>22.604</u>	<u>48.880</u>

- (a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Contribuição fixa

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

	2017		2016	
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)
Circulante	78.551	77.439	150.847	151.704
Não circulante (a)	2.349.667	1.503.480	2.062.949	1.326.681
	<u>2.428.218</u>	<u>1.580.919</u>	<u>2.213.796</u>	<u>1.478.385</u>

Cronograma de desembolso

	2017	
	Valor nominal	Valor Presente (Contábil)
2018	78.551	77.439
2019	78.551	74.828
2020	78.551	72.323
2021 em diante (a)	2.192.565	1.356.329
	<u>2.428.218</u>	<u>1.580.919</u>

- (a) Contemplam as parcelas vencidas em maio de 2016 e 2017, pagas via depósito judicial em 09 de maio de 2016 e 12 de maio de 2017, respectivamente. Os depósitos foram efetuados em decorrência de pleitos de reequilíbrios contratuais em favor da concessionária.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a. (4,3% a.a. em 31 de dezembro de 2016), compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 30 parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPC-A.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Contribuição variável

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da Concessionária, deduzida do percentual de 26,4165% sobre as receitas tarifárias, referente a incorporação do ATAERO às receitas reguladas, líquido de PIS e Cofins.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante	11.260	10.651

A contribuição variável é paga anualmente no mês de maio.

No decorrer do exercício de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 10.651 referente ao direito de outorga variável (R\$ 10.943 no exercício de 2016).

c. Compromissos relativos à concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, no montante de R\$ 945.028 em 2017 e R\$ 1.025.437 em 2016 (conforme PMI - Programa de Melhorias da Infraestrutura enviado a ANAC em 31 de dezembro de 2015).

Os valores representam 100% da concessionária e referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pela Concessionária, sem considerar gatilhos para investimentos. Os valores estão atualizados pelo IPCA até a data da última atualização da tarifa.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 26 de abril de 2017, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 150.000 de ações ordinárias, passando o capital social da Companhia de R\$ 611.940 para R\$ 761.940.

Em 04 de maio de 2017, foi integralizado o valor de R\$ 95.000.

Em 06 de novembro de 2017, foi integralizado o valor de R\$ 55.000.

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações (em unidades)</u>	<u>Quantidade de ações (em unidades)</u>
SPAC	51,0%	388.589.400	312.089.400
INFRAERO	49,0%	373.350.600	299.850.600
		<u>761.940.000</u>	<u>611.940.000</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Resultado por ação

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numerador		
Prejuízo do exercício	(77.189)	(139.272)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	682.954	545.055
Prejuízo por ação ordinária - básico e diluído em R\$	(0,11302)	(0,25552)

17. Receitas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas tarifárias (a)	190.553	132.299
Receitas não tarifárias (b)	81.515	81.209
Receitas de construção	<u>123.586</u>	<u>560.908</u>
Receita bruta	395.654	774.416
Impostos sobre as receitas	(29.676)	(27.151)
Contribuição Tarifária (c)	(40.060)	-
Receitas canceladas	<u>(264)</u>	<u>(459)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(70.000)</u>	<u>(27.610)</u>
Receita líquida	<u><u>325.654</u></u>	<u><u>746.806</u></u>

(a) Receitas decorrentes de tarifas de embarque, tarifas de conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

(b) Receitas decorrentes de estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio.

(c) O aumento no valor dos abatimentos é devido à criação da Contribuição Tarifária, através da Lei 13.319, de 25 de julho de 2016, a qual alterou o valor das tarifas aeroportuárias da BHAirport, incorporando o adicional tarifário (ATAERO), o que implicou em aumento de 35,9% nas receitas reguladas da Concessionária. O ATAERO era uma tarifa que a concessionária cobrava em nome do Poder Concedente. A Contribuição tarifária é aplicada ao adicional tarifário, excluindo-se os impostos incidentes sobre a receita, resultando em uma alíquota de 22,65% sobre as receitas reguladas.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(48.079)	(12.197)
Varição monetária sobre financiamentos	(4.033)	(1.615)
Varição monetária sobre obrigações com o Poder Concedente	(62.079)	(144.712)
Capitalização de custo dos empréstimos	46.202	7.031
Reversão do ajuste a valor presente - Outorga Fixa	(43.794)	(44.742)
Variações Cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(148)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(3.907)	(9.103)
	<u>(115.838)</u>	<u>(205.338)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.316	10.539
Varição monetária sobre outros ativos	11.589	6.573
Outras receitas financeiras	1.264	1.728
	<u>18.169</u>	<u>18.840</u>
Resultado financeiro	<u>(97.669)</u>	<u>(186.498)</u>

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuados aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	96.465	-	-	83.101	-	-
Contas a receber	-	25.533	-	-	23.778	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	21	-	-	17	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(418.244)	-	-	(289.846)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(36.842)	-	-	(58.114)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(7.425)	-	-	(4.788)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.592.179)	-	-	(1.489.036)
	<u>96.465</u>	<u>25.554</u>	<u>(2.054.690)</u>	<u>83.101</u>	<u>23.795</u>	<u>(1.841.784)</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como “semelhante” ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziram diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e contas a pagar - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras	96.465	83.101

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	Aumento da TJLP	Novembro de 2018	419.678	(1.896)	(2.210)	(2.520)
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (3)		96.622	6.262	7.824	9.384
				4.366	5.614	6.864
Total do efeito de ganho ou (perda)				4.366	5.614	6.864
As taxas de juros consideradas foram (1):						
	TJLP(2)			7,00%	8,75%	10,50%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pelo BNDES;
- (3) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

a. A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das Atividades de financiamento

	Financiamentos	Capital social	Total
Saldo Inicial	(289.846)	(611.940)	(901.786)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(106.215)	-	(106.215)
Integralização de capital	-	(150.000)	(150.000)
Pagamentos de juros	29.929	-	29.929
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(76.286)	(150.000)	(226.286)
Outras variações			
Juros provisionados, variação monetária e cambial	(52.112)	-	(52.112)
Total das outras variações	(52.112)	-	(52.112)
Saldo Final	(418.244)	(761.940)	(1.180.184)

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Adriano Gonçalves de Pinho	Diretor Presidente
Regio Marcelo Nóbrega Fernandes	Diretor Administrativo - Financeiro
Adriano Gonçalves de Pinho	Diretor de Infraestrutura
René Wilhelm Baumann	Diretor Comercial
Daniel Bircher	Diretor de Operações

Composição do Conselho Fiscal

Paulo Yukio Fukuzaki
Carl Douglas de Gennaro Oliveira
Gustavo Brasil

Composição do Conselho de Administração

Ricardo Bisordi de Oliveira Lima
Presidente

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Celso Paes Júnior
Stefan Conrad
Eduardo Roberto Stuckert Neto
Mauro César Santiago Chaves

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 “S” MG